

ARTIGO

O Fenômeno do abuso sexual infantil e a ambivalência afetiva sob o olhar da Gestalt-terapia

The phenomenon of child sexual abuse and ambivalence affective under the Gestalt-therapy look

**Joziane da Luz Gomes
Loivo José Mallmann**

RESUMO

A violência sexual infantil intriga e reverbera por se tratar de um fenômeno frequente, complexo de dinâmica multifacetada mobilizadora não só do núcleo familiar, como de toda sociedade. É foco de pesquisas no mundo e campo emergencial em resposta à demanda social. Objetiva-se, neste trabalho, dimensionar o abuso sexual infantil na perspectiva da Gestalt-terapia, analisando sua dinâmica enquanto fenômeno iminente a desestruturar o campo persuadido pela volubilidade da figura paterna, fonte de ambivalência e polaridades. Usou-se como metodologia da pesquisa a análise bibliográfica dos conceitos de abuso sexual infantil e de Gestalt-terapia. Os resultados apontam o alargamento das fronteiras pessoais como viabilizador de outra perspectiva sobre a vida, nos quais os fatos como patrimônio não se alteram, porém altera-se o ponto a partir do qual se avista a história, construindo por meio da intervenção clínica uma mudança de referencial necessária para redimensionar a percepção dicotomizada, almejando a consciência global pela integração das polaridades.

Palavras-chave: Abuso sexual infantojuvenil; Gestalt-terapia; Ambivalência afetiva; Ajustamento criativo.

ABSTRACT

Child sexual violence intrigues and reverberates because it is a frequent phenomenon, a complex multifaceted dynamic that mobilizes not only the family nucleus but also society. It is the focus of worldwide research and emergency field in response to social demand. The objective of this work is to assess child sexual abuse from a Gestalt-therapy perspective, analyzing its dynamics as an imminent phenomenon, to de-structure the field persuaded by the volubility of the paternal figure, source of ambivalence and polarities. The bibliographic analysis of the concepts of child sexual abuse and Gestalt therapy was used as research methodology. The results point to the widening of personal boundaries as a viabilizer of another perspective on life, in which the facts as patrimony do not change, but it changes the point from which the history is seen, building through the clinical intervention a change of reference necessary to resize the dichotomized perception, aiming the global consciousness for the integration of the polarities.

Keywords: Sexual abuse of children; Gestalt-therapy; Affective ambivalence; Creative adjustment.

INTRODUÇÃO

No Brasil, na década de 1960, iniciou-se o processo de reconhecimento das práticas sociais e culturais que atentavam contra os direitos das crianças e dos adolescentes, ampliando a compreensão dos diversos fatores contextuais histórico-culturais que estão enraizados nessas práticas. O surgimento de órgãos dedicados à proteção de crianças e adolescente transformou o tema em objeto de estudo de diversas ciências. Foi em meados do século XX que a violência contra crianças e adolescentes passou de um infortúnio pessoal de caráter privado para um problema social que expressa a correlação de forças da sociedade em que ocorre, desnudando relações de opressão naturalizadas no meio social (PIMENTEL e ARAUJO, 2006).

A violência sexual infantil, de maneira generalizada, conceitua-se como um tipo de agressão que envolve a criança ou o adolescente em atividades, ato ou jogo sexual com adultos de qualquer sexo, cuja finalidade seja utilizar e transformar a criança ou o adolescente em objeto sexual para autossatisfação (PIMENTEL e ARAUJO, 2006).

Diante do exposto, propõe-se, através do olhar da Gestalt-terapia, analisar o abuso sexual infantil como fenômeno capaz de conturbar o campo familiar, persuadido pela contraposição da paternidade como função e por sua volubilidade no processo figura-fundo, impedindo pela atuação da alienação das polaridades o fechamento da Gestalt e sua posterior cristalização, favorecendo o surgimento da neurose.

A partir da análise de pesquisa, têm-se como objetivo compreender a dinâmica do abuso sexual diante do impacto da oscilação da função paterna sob o olhar da Gestalt-terapia. Esta reflexão é importante por agregar novos olhares sobre a compreensão do estudo da violência infantil, tema muito pesquisado no mundo, consolidando um campo emergencial em resposta à demanda social.

Trata-se de um estudo exploratório realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). Os conteúdos foram selecionados nas seguintes bases de dados: Scielo, Lilacs, Ibics, Pepsic, Bvpsi, Psycinfo, Medline, Google Acadêmico, Periódicos Capes, Sucupira-Qualis e livros. Considerando estas bases, foram selecionados 11 artigos e 18 livros que atenderam aos critérios referentes ao objetivo do trabalho, os quais possibilitaram análise do fenômeno do abuso sexual correlacionado aos conceitos da abordagem da Gestalt-terapia, enfatizando o impacto das polaridades provenientes da oscilação da figura paterna. As palavras-chave utilizadas na língua portuguesa foram: abuso sexual infantojuvenil, Gestalt-terapia, polaridades, ambivalência afetiva, ajustamento criativo.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA GESTALT-TERAPIA

Conforme Andrade (2007), a Gestalt-terapia, reconhecida hoje como uma das abordagens da terceira força da psicologia¹, nasceu na Europa na década de 1940,

¹ A terceira força ou Psicologia Humanista se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos a partir da década de 1940 e tem como precursores do movimento personalidades como Alfred Adler, Erich

concebida pelo casal de psicanalistas alemães Fritz (Friedrich Salomon Perls, 1893-1970) e Laura Perls (Lore Posner 1905-1990). Fruto do descontentamento com a psicanálise da época, manifestou-se em solo africano por meio do lançamento do livro *“Ego, Hunger and Agression”*, publicado em 1942 na África do Sul, no qual Perls desenvolveu alguns conceitos e questionou a psicanálise. “Ambos, Laura e Fritz, viveram num *Zeitgeist*² permeado por uma influência fenomenológico-existencial, que depois interagiu com a Gestalt-terapia” (KOGAN, 1976 apud YONTEF 1998, p. 24).

Foi na década de 1950, de acordo com Andrade (2007), já em território americano e com apoio do grupo dos sete, composto por Fritz Perls, Laura Perls, Paul Goodman, Isadore From, Paul Weisz, Eliot Shapiro e Silvester Eastman, e participação especial de Ralph Hefferline, a Gestalt-terapia ganhou força e destaque com o lançamento, em 1951, do livro *“Gestalt-therapy – excitement and growth in the human personality”*, de autoria de Perls, Hefferline e Goodman. Esta obra apresenta os fundamentos epistemológicos e conceitos centrais da nova abordagem, tornando-se o marco na difusão da Gestalt-terapia. Em 1952, Fritz e Laura Perls fundaram o primeiro instituto de Gestalt, *“The Gestalt Institute of New York”*, e em 1954 fundaram o de Cleveland. Nos 15 anos seguintes, dedicaram-se a divulgação da abordagem. *“A prática psicoterápica estava dicotomizada entre a tradicional abordagem psicanalítica da teoria pulsional mais antiga, e as ideias pioneiras, trazidas pela Gestalt-terapia”* (YONTEF, 1998, p. 26).

A Gestalt se situa na intersecção entre a psicanálise, as terapias psicocorporais de inspiração reichiana, o psicodrama, o sonho-desperto, os grupos de encontro, as abordagens fenomenológica e existencial, as filosofias orientais. Ela dá ênfase à tomada de consciência da experiência atual (“o aqui e agora”, que inclui o ressurgimento eventual de uma vivência antiga) e reabilita a percepção emocional e corporal, ainda muito censurada na cultura ocidental, que coíbe severamente a expressão pública da cólera, da tristeza, da angústia, mas também da ternura, do amor ou da alegria (GINGER e GINGER, 1995, p. 17).

Fundamentada filosoficamente no Existencialismo e Humanismo, teoricamente na Psicologia da Gestalt, na Teoria Organísmica Holística e na Teoria de Campo, com metodologia Fenomenológica e modelo terapêutico centrado no diálogo, preserva em sua clínica um profundo esclarecimento da experiência por meio de conceitos básicos, como contato, *“awareness”*³, mudança paradoxal, autorregulação, figura-fundo, ajustamento criativo, aqui-agora e diálogo, concepções centrais germinadas pelo conjunto de suas sólidas fundamentações teóricas, filosóficas e metodológicas (ANDRADE, 2007).

Fromm, Karen Horney e Otto Rank. Carl Rogers, Rollo May e Abraham Maslow foram os maiores promotores do movimento humanista em psicologia (HOLANDA, 2014).

² De acordo com o dicionário *“online”* Priberam (2018), *“zeitgeist”* é uma palavra alemã que significa espírito de uma determinada época.

³ *“awareness”*: tomada de consciência global no momento presente, atenção ao conjunto de pessoal, corporal e emocional, interior e ambiental, consciência de si e consciência perceptiva (GINGER e GINGER, 1995, p. 254).

ABUSO SEXUAL INFANTIL: CONCEITOS E DANOS

Entre todas as possíveis violências existentes no meio social, a sexual é a menos denunciada devido as suas complexidades e por ocorrer no meio intrafamiliar de maneira preponderante. A imprecisão terminológica para a definição dos diferentes termos “violência sexual” e “abuso sexual” dispõem, muitas vezes, tais termos como sinônimos, dificultando pela inexatidão e pela confusão teórica o atendimento adequado nos diversos âmbitos que tais crimes envolvem (médicos, jurídicos, psicológicos e éticos), estendendo-se para além de um impasse epistemológico. A expressão abuso sexual é popularmente utilizada em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente as de foco intrafamiliar (INOUE, 2007). Para fins operacionais, o autor esclarece a diferença:

As definições de abuso sexual variam de acordo com os comportamentos, situações e circunstâncias que possam ser considerados ou não abusivos (KRISTENSEN, FLORES & GOMES, 2001). Violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual e crime sexual são diferentes expressões utilizadas para designar o fenômeno da violência sexual (INOUE, 2007, p. 32).

O abuso se caracteriza pelo fator de imaturidade das crianças e dos adolescentes quanto a atividades sexuais, sendo estas incapazes mentalmente e fisicamente de dar qualquer consentimento por falta de compreensão do ato, caracterizando assim uma relação de poder na qual a criança ou o adolescente é vitimizado (PIMENTEL e ARAUJO, 2006).

Desorganização familiar é característica comum nos núcleos familiares inseridos em abuso, pautada pela negligência de um ou de ambos os genitores. De maneira geral, as famílias, em sua maioria, assumem uma postura defensiva de negação dos fatos, propiciando a manutenção do abuso crônico. Outras características evidentes e comuns na maioria dos casos são a posição do algoz como principal provedor da família e sua proximidade e presença na vida da criança, muitas vezes exercendo o papel de principal cuidador (PIRES FILHO, 2007).

A dinâmica do abuso, seja intra ou extrafamiliar, é sempre complexa e pode começar sutilmente por meio da confiança e do afeto depositadas no abusador que desempenha um papel de cuidador. A criança fica confusa e pode não identificar a interação como abusiva e silenciar sobre o ocorrido. Ao perceber a violência, barganhas ou ameaças são artifícios para garantir o segredo. Vulnerável, a criança desenvolve a crença de que é culpada pelo ato, sentindo medo e vergonha da punição que virá ao revelar seu segredo, e tenta, dessa maneira, adaptar-se ao ato abusivo perpetuando o silêncio. Outros fatores externos à família são mantenedores da dinâmica, entre elas estão a descrença de profissionais de saúde e de educação nos relatos de violência e a relutância em reconhecer e denunciar o abuso, subestimando a severidade e a veracidade dos fatos (HABIGZANG *et.al*, 2008).

Quanto ao dimensionamento do problema gerado pelo abuso sexual intrafamiliar, verificam-se dois tipos de danos classificados em primários e secundários. Por danos primários, inferem-se os danos causados através ou pelas etapas do desenvolvimento do abuso por meio das fases de sedução, do segredo e da

interação sexual abusiva, sendo danos pertinentes ao abuso em si. Danos secundários são causados pela intervenção de diversos profissionais, ocasionando a vitimização das crianças nos âmbitos de “estigmatização” social e traumatização secundária nos processos interdisciplinares judiciais (DOBKE, 2001).

A especificidade do abuso sexual infantil como uma síndrome conectora do segredo para alguns (criança, abusador e família) e como síndrome de adição para outros (abusador), dificulta pela sua complexidade as intervenções legais e de proteção e principalmente a própria terapia. Sendo estas discussões importantes para o desfecho evitando precipitações que podem prejudicar a família e a criança, atentando que o domínio família “[...] *Envolve as crianças como seres humanos estruturalmente dependentes, que são pessoas com seus próprios direitos, mas que não podem exercer esse direito elas mesmas, precisando de proteção e do cuidado dos pais*” (FURNISS, 1993, p. 5 *apud* PIRES FILHO, 2007, p. 74).

DIMENSIONAMENTO DO ABUSO SEXUAL COMO FENÔMENO SOB O OLHAR DA GESTALT-TERAPIA

O evento fenomênico na perspectiva da Gestalt-terapia

Segundo Ribeiro (2006), a fenomenologia, enquanto método científico, permite visualizar e descrever o fenômeno como lhe vem na consciência, passando pelos sentidos que possibilitam narrar a realidade “*para só então o intelecto proceder a uma redução que nos traz a essência do objeto observado*” (p. 120). O fenômeno como a coisa-em-si é simples aparência, já o em-si-da-coisa se torna o objeto para a consciência que o delimita em função da relação estabelecida pela realidade, pelo encontro. Uma, revela a existência de algo; a outra, sua essência particularizada pela observação do sujeito específico que o vê. Pela fenomenologia, portanto, é possível “*verificar a diferença entre o que está de fato sendo percebido e sentido na situação presente e o que é um resíduo do passado*” (YONTEF, 1998, p. 16).

De acordo com Almeida (2010), o campo fenomenológico, método de exploração da teoria de campo, é definido pelo observador, e como tal age subjetivamente. Este campo, o todo, do qual um evento é parte, e no qual estas se relacionam e reagem umas às outras, influenciando-se mutuamente pelo que ocorre em qualquer lugar do mesmo, atua de maneira descritiva em vez de especulativa, interpretativa ou classificatória, e se formará na melhor Gestalt que as condições permitirem com propensão natural em direção ao equilíbrio. “*Na psicoterapia de abordagem gestáltica, a experiência do cliente é sagrada. Respeitá-la, acolhê-la, deter-se na sua contemplação é, ao mesmo tempo, dever, compromisso*” (ALMEIDA, 2010, p. 219). Conhecer o contexto em que o fenômeno ocorre é tarefa fundamental do terapeuta.

(...) busca-se conhecer o fenômeno por meio do contexto no qual ele ocorre, dos processos interacionais que estão presentes na rede social familiar e de como as pessoas vivenciam determinada experiência. Essa nova visão teórica sobre a compreensão da violência permite percebê-la como uma resultante de interligações de fatores individuais, de relacionamentos sociais, culturais e ambientais, proporcionando uma maior reflexão acerca dos papéis sociais e familiares, bem como a função da violência na vida familiar (MACIEL, 2011, p. 27).

Yontef (1998) esclarece que em Gestalt-terapia um evento fenomenológico acontece no “aqui e agora”. Desta maneira, todos os eventos anteriores experienciados podem ser objetos da “*awareness*” ou do tornar-se consciente, entre eles o evento da lembrança, e estes se inserem no tempo presente, que se modela em uma movimentação permanente entre passado e futuro. É neste momento chamado “agora” que se conectam ou bloqueiam-se memórias e perspectivas passíveis de distorções da percepção, gerando distúrbios da “*awareness*” de tempo. O modo como se torna consciente é essencial para a investigação fenomenológica. “*Estamos falando do princípio da contemporaneidade, isto é a experiência presente é explicável a partir de sua relação com o campo fisiológico e cria uma situação a-histórica, em que o passado passa a ter um valor relativo*” (RIBEIRO, 1985, p. 78). Na perspectiva de Zinker (2007), o termo “fenomenológico”:

[...] implica o processo que a pessoa experiencia como unicamente seu. A adição das dimensões do aqui e agora confere a esses fenômenos pessoais o existencial imediato: eu sou esta pessoa (...) esses fenômenos em andamento (e outros) constituem meu mundo (ZINKER, 2007, p. 94).

Segundo Filho (2007), a família insere “o mundo do indivíduo” (seu campo) e é considerada por alguns autores como a matriz de identidade da criança, responsável pelo seu desenvolvimento por meio dos cuidados e da proteção, e executa o papel de transmitir a herança cultural, permitindo a criança significar. Os vínculos, a organização e o funcionamento dos papéis sociais na família garantem a integridade do “Eu” da criança. Desequilíbrios, portanto, nessa estrutura e seus arranjos constituirão as características e os distúrbios do “Eu” na criança. Nos casos de violência intrafamiliar, a vitimização física e sexual da criança evidencia o fracasso da família ante seu papel social.

O contato, a paternidade e o abuso

A visão da paternidade na Gestalt aponta para o conceito do contato, verificado mediante a responsabilidade de tal papel junto ao desenvolvimento da criança. Para Aguiar (2014), a criança é entendida como uma unidade relacional (criança-outro-mundo), como um ser social em construção, a qual evolui mediante etapas cognitivas e físicas, através das funções de contato: visão, audição, tato, paladar, olfato, linguagem e motilidade corporal. O contato é experienciado por meio da exploração do mundo pela criança. Influenciada pelo mundo e dependente dele para seu desenvolvimento, imersa e submetida à predominância da rede familiar, a criança é afetada tanto pela falta quanto pelo excesso de estimulação em seu desenvolvimento, considerando que “*as primeiras experiências da criança acontecem dentro do seio familiar*” (SILVA e GONTIJO, 2016, p. 17).

A criança com seus medos, sob o prisma da violência, é apenas uma parte-figura-sintoma que denuncia a família enquanto um todo disfuncional que, por sua vez, está dentro de um outro todo maior (a sociedade). Criança doente emocionalmente é família adoecida em suas relações. Família doente é sociedade doente em seus sistemas de valores, crenças, comportamentos e interações (ANTONY, 2009, p. 56).

Afirmado a posição do indivíduo em Gestalt-terapia como um ser relacional, contextual e ainda singular em suas necessidades, a criança as expõe e as satisfaz atuando como protagonista em seu desenvolvimento, suprindo suas necessidades de modo criativo por meio do brincar e da fantasia, exercitando suas relações. A constituição do sujeito em Gestalt-terapia implica na possibilidade de estabelecer relações satisfatórias que possam prover as necessidades de cuidado e de confirmação do ser humano. Dentro desta perspectiva, o que move o indivíduo no mundo, e fruto do encontro com o mesmo, é a tendência a se autorregular continuamente (AGUIAR, 2014).

De acordo com Costa (2007), as necessidades dominantes tornam-se figuras que só recuam para o fundo quando são satisfeitas. Dessa forma, os comportamentos são dirigidos pelo processo de homeostase ou autorregulação organísmica, que permitem ao organismo satisfazer suas necessidades na medida em que estas emergem, alternando-se na busca de equilíbrio. Vale lembrar que ao falarmos de “necessidade”, em Gestalt-terapia, estamos nomeando toda e qualquer demanda do organismo vivo e não só “*necessidades orgânicas ou fisiológicas*” (AGUIAR, 2014, p. 69).

Pela dependência estrutural, a criança necessita e tende a buscar carinho nos pais ou nas figuras próximas, e é por meio desta configuração e relação que o abusador se utiliza da criança para satisfazer seu desejo sexual, proporcionando ao menor um papel em seu próprio abuso, que será futuramente selado pela síndrome do segredo. O elo sequencial de sedução, ameaças, intimação ao ato e ao sigilo, manifestado pela confusão de papéis, atuará como reforçador do segredo (AMAZARRAY e KOLLER, 1998).

Aguiar (2014) afirma que o comportamento de apego da criança substitui a confluência (não consciência de fronteiras) existente no modelo de relações iniciais do bebê e serve de suporte (heterossuporte) no enfrentamento, possibilitando à criança adquirir recursos, uma vez que sozinha não pode fazê-lo. O apego neste sentido “(...) é fruto do desenvolvimento de uma fronteira de contato com espaço para relativa e progressiva autonomia em relação ao mundo adulto” (AGUIAR, 2014, p. 78).

De acordo com Polster e Polster (2001), o contato é o responsável por exercer a função primordial que sintetiza a necessidade do ser humano de união e separação, “*desde o corte de nosso cordão umbilical todos nos tornamos seres separados, buscando união com o que é diferente de nós*” (p. 112). Vive-se uma incoerência buscando incessantemente sua resolução, no qual o senso de união depende do senso de separação dentro de uma fronteira que disciplina a relação pessoa-ambiente, já que o estado primário de simbiose humana nunca mais retornará. Oscila-se, então, no equilíbrio entre liberdade ou separação ou união ou invasão. “*É na fronteira do contato que o indivíduo experiencia o eu em relação ao que não é eu*” (POLSTER e POLSTER, 2001, p. 115).

Na análise da dinâmica do abuso estão implícitas as interações (ou os contatos), pois se leva em consideração não só os sintomas e as consequências do fenômeno, mas a interpretação do microssistema. Em uma abordagem ecológica, evidenciam-se dados da interação familiar e características da disfuncionalidade destas famílias,

revelando a rede de relações e suas influências na qual a criança é percebida como participante do seu próprio abuso, porém não responsável por ele (AMAZARRAY e KOLLER, 1998).

Para compreender a violência intrafamiliar e, especialmente, o abuso sexual, é mais que preciso compreender o histórico psicossocial, econômico e ecológico do indivíduo e de sua família, ou seja, como ocorrem as interações entre pais, mães e filhos e as relações interpessoais entre seus membros (PIRES FILHO, 2007, p. 43).

Ribeiro (2006) enfatiza que é nas fronteiras de contato que as trocas se intensificam, por meio de redes complexas que envolvem processos como pensar, sentir, fazer e falar, responsáveis pelos contatos internos e externos, através da relação da pessoa com seu meio ambiente. O modo como ocorre essa experiência prescreverá ou não a harmonia deste encontro entre totalidades e realidades, e a interrupção desta harmonia provocará adoecimento. Os limites entendidos como sinônimos de fronteira expressam o sistema que aproxima e afasta uma pessoa da outra, e é a “*relação da pessoa com as margens que dirá seus limites*” (RIBEIRO, 2006, p. 134).

Para Antony (2009), as crianças não estão alienadas dos acontecimentos da vida. Não vivem em um mundo de ilusão e fantasias, apesar de brincar e estar imersas nestas vivências. Estão conectadas com a realidade e principalmente com aqueles que são significativos em seu meio, portanto, todo sofrimento causado por eles ou a eles pode afetá-los, gerando comportamentos, emoções e pensamentos sobre si e sobre seu mundo. Neste contexto, as perturbações não são esquecidas, mas disfarçadas, e emergem por meio de condutas disfuncionais, não conscientes nem racionais, apenas ajustadoras como forma de autorregulação.

Ambiguidade afetiva e polaridades

Na realidade humana é possível vivenciar a ambiguidade afetiva. De acordo com Inoue (2007), a simultaneidade de afetos positivos e negativos existe em relação às pessoas, aos objetos, às situações ou aos comportamentos, e essa oscilação não se caracteriza por pontos fixos em níveis positivos ou negativos em escala linear, elas só existem e são subjetivas. “*A reação emocional se constrói com base em um processo de avaliação a respeito do significado de uma situação para o bem-estar do indivíduo*” (BASTOS, 1991, p. 25).

A realidade é uma só e como tal se apresenta a percepção. É o olhar do observador que faz a realidade figura-fundo ou figura e fundo dependendo de que ângulo ele se aproxima da realidade de qual sentido essa realidade tem para ele, naquele dado campo (RIBEIRO, 2006, p. 124).

De acordo com Miguel (2015), as emoções são experiências momentâneas e complexas subjetivas que envolvem aspectos cognitivos, avaliativos, afetivos e simbólicos cuja dinâmica acolhe diferentes fenômenos, como alegria, medo, tristeza, ira e o afeto, impactando e provocando modificações no funcionamento psicológico e fisiológico do indivíduo, preparando-o para uma ação.

Penna (2001) compartilha da mesma premissa, articulando que em ambivalência as emoções estão ligadas a motivos e emoções que podem ser codependentes e seguem uma via de mão dupla, na qual emoções geram motivos e motivos geram emoções. Na visão do autor:

A dimensão afetiva ou emocional surge como uma dimensão subordinada à cognição no sentido de que sua tonalização e intensidade exprimem-se sob o controle do modo como as situações existenciais são percebidas e pensadas pelo sujeito (PENNA, 1986, p. 10-11).

Pires Filho (2007) afirma a existência de ambivalência afetiva em relação ao agressor no fenômeno do abuso sexual, principalmente quando este executa a função paterna. É inclusive o sentimento mais evidente nas crianças acometidas por abuso, em razão da expressiva presença do parente na vida destas e ao forte vínculo caracterizado pelo tênue limite entre sexualidade e afetividade. Considerando que a excitação sexual é formadora de hábito, constrói-se então um vínculo sexualizado engendrando o comportamento característico de lealdade da criança para com o abusador. Pires Filho (2007) elucida que “(...) *em alguns casos, a “atenção abusiva” é o cuidado parental mais importante e único que a criança recebe*” (p. 101).

O organismo humano, de maneira geral, experiencia reações opostas em resposta às satisfações ou às frustrações de suas necessidades, e ambas estão sujeitas a recordação, postula Perls (2002). Assim, ao contrário do caos das lembranças, têm-se duas figuras cristalizadas agindo simultaneamente, no qual, com o recuo de uma para o fundo, a outra emerge em evidência. Surge o conflito da ambivalência afetiva, que deixará a criança dividida entre amor e ódio, imersa em confusão (PERLS, 2002). O autor clarifica a questão:

Reverendo a contradição que aparentemente existe na ética (as reações emocionais claras e precisas por um lado e a relatividade dos “padrões” éticos pelo outro), descobrimos que bom e mau são originalmente sentimentos de conforto e desconforto. Estes são projetados no objeto que estimulou esses sentimentos e, subsequentemente, é chamado de bom ou mau (PERLS, 2002, p.103).

Para Ribeiro (2006), polaridade tem a ver com intencionalidade, e é por meio de um processo de subjetivação que revela o sentido das coisas para as pessoas. Compreendida como um processo no qual duas realidades confrontam-se com o intuito de se excluir, como se fosse o oposto uma da outra, porém, polaridade se dá sobre a existência de algo considerado e não sobre sua essência, agindo sobre o “como” das coisas e não sobre o “que”. Assim sendo, a implica em um processo de dúvida, no qual a polarização ou dupla emoção está dentro do sujeito e não fora, e determinará a escolha no processo decisório, e não o contrário. Desta maneira, a dúvida ocupa um lugar importante na questão da polaridade e evidencia motivação e necessidades que ainda não foram atendidas. “*Diante de uma polaridade, o que está em causa é o sujeito que duvida e não a coisa sobre a qual a escolha vai ou não decidir*” (RIBEIRO, 2006, p.159).

Oaklander (1980) esclarece quanto as polaridades, já que as crianças se assustam ao perceber divisões dentro de si e ficam confusas quando sentem raiva ou ódio em

relação a alguém que estimam, o que gera dificuldades de aceitar os aspectos de si mesma dos quais não gosta ou aqueles criticados pelos outros. Ao desprezar e se afastar destas partes de si própria, aumenta mais a distância entre suas formas de ser polarizadas, causando fragmentação e autoalienação. É por meio da integração dos polos que funcionam como oponentes que se constitui o processo de vida dinâmico e sadio (OAKLANDER, 1980).

Perls (2002) designa os pensamentos opostos como enraizados no organismo humano, mas passível de dualismos equivocados, uma vez que os opostos passam a existir pela diferenciação de algo não diferenciado. O autor distingue assim os conceitos de bipolaridade e de dualidade; de um lado uma característica básica do universo e do ser humano; de outra, a cisão do mesmo em duas metades incompatíveis. Com esta perspectiva dual, o conceito de polaridade da Gestalt-terapia concentra-se na tríade, introduzindo um ponto zero como elemento central com objetivo de diminuir o dualismo, apontando para a integração e não oposição, almejando assim o equilíbrio. Desta maneira, a *“Gestalt-terapia propõe uma passagem do ‘ou isto ou aquilo’ para uma possibilidade ampliada e mais integradora do ‘isto aquilo’”* (SOUTO, 2007, p.172).

Conforme Yontef (1998), a dicotomia em Gestalt-terapia é uma divisão (diferenciação do campo em partes interconectantes), porém com diversidade de forças não competidoras, que dicotomiza os pensamentos do indivíduo e interfere diretamente na autorregulação. As polaridades são diferenciações frequentes no campo, compreendidas como partes opostas que se complementam ou se explicam, como nos polos positivos e negativos de um campo elétrico ou como o *“ying”* e o *“yang”*. Mantendo a compreensão polar do campo, tais diferenças são aceitas e integradas, uma vez que na ausência de integração precipitam-se as divisões e os conflitos. Para Zinker (2007): *“Conceitos e sentimentos polarizados são complexos e entrelaçados. Evidentemente, estão relacionados com o histórico particular do indivíduo e com sua percepção da própria realidade interior”* (p. 219).

De acordo com Frazão e Fukumitsu (2014), em Gestalt-terapia um processo é considerado como não saudável ou não funcional quando não se dá o fechamento de uma situação de uma Gestalt. Para que isto ocorra é necessário o adequado funcionamento da autorregulação orgânica, e esta se dá como um fluxo, ciclo vital no qual ocorre a reversibilidade de figura-fundo, sendo este processo fundamental para seu adequado funcionamento.

Em todo conflito (Intrapessoal ou interpessoal) há um potencial, uma possibilidade criativa mediada pela *“awareness”*, de um comportamento integrado, adaptativo que insere em si toda a gama de respostas entre os extremos polarizados anteriormente experienciados, permitindo a pessoa flexibilizar suas respostas nas diversas situações. Opostamente, as respostas polarizadas estão, de maneira geral, desprovidas de imaginação, apresentando fragilidade diante dos confrontos da vida. A repetição do conflito de modo estereotipado e irresolúvel não promove um contato e sim uma cumplicidade entre as pessoas. Portanto, é a capacidade para aprender que revela a promessa criativa de um conflito (ZINKER, 2007).

O ajustamento criativo e a terapia

O funcionamento saudável de Gestalt-terapia compreende o ajustamento criativo como conceito fundamental. A existência de conflitos entre o indivíduo e o meio é natural, uma vez que o próprio conceito de polaridade já aponta para tal tensão entre interesses individuais e/ou sociais. Tal afirmação, contudo, não indica que elas não sejam irreconciliáveis, pois o movimento do campo tende ao ajustamento criativo por meio da integração. O ajustamento não se caracteriza como mera adaptação do indivíduo às condições sociais, ao contrário, trata-se de constantes transformações vivenciadas e produzidas pelo indivíduo e pela sociedade. *“Trata-se de facilitar a formação livre, fluente e contínua de ‘Gestalten’⁴, que supõe novas configurações figura-fundo. Como o significado é dado pela relação com o seu fundo, novas configurações supõem novas relações e significados”* (HOLANDA e FARIA, 2005, p. 75).

Frazão e Fukumitsu (2014) afirmam que o objetivo na terapia por meio do diálogo é retomar o fluxo de *“awareness”*. A experiência do aqui-agora que, a partir do sentir e do excitação presentes no campo, orienta o saber da consciência e conseqüentemente a formação de Gestalt, permitindo a unificação e configuração espontânea no qual se integra o todo em uma significação. Para Ginger e Ginger (1995), a Gestalt busca de modo harmonioso a integração das polaridades complementares dos diversos comportamentos humanos, *“mais do que a eliminação de uma em proveito da outra ou a busca ilusória de um ‘injusto’ meio-termo, monotonia de sentimentos diluídos”* (p. 261).

Com diálogo é possível alcançar a integração das partes emergindo uma unidade diferenciada, uma nova totalidade. Todas as dicotomias do *“self”*, pensamentos e necessidades, podem ser curadas por meio de nova totalidade, que assimila tais polaridades diferenciadas, e esse é o objetivo da boa Gestalt (de saúde), que discrimina o campo perceptivo organizado com clareza e boa forma. Em tal Gestalt, de modo claro, a figura é bem formada e se destaca contra um fundo mais amplo e menos distinto, e a relação entre ambos os elementos (figura e fundo) é significado. *“Na boa Gestalt o significado é claro: há uma definição de saúde desprovida de conteúdo”* (YONTEF, 1998, p. 35).

A sala de terapia e o contato com o terapeuta criam o contexto adequado facilitador de meios de experimentação de novas maneiras de perceber o mundo e dialogar com ele, alargando as fronteiras pessoais a partir de um suporte (condições subjetivas) que se desenvolvem em uma multiplicidade de fatores. Inicia-se, nesta proposta, o trabalho terapêutico na estrutura da experiência, no *“como”* da interação em processo. A escuta interessada do terapeuta por si só já é curativa, uma vez que por meio do espelhamento consegue fazer emergir o interesse da pessoa por si mesma, abrindo espaço para que surjam características e elementos escondidos ou negados (JULIANO, 1999).

No âmbito terapêutico, de acordo com Aguiar (2014), a compreensão diagnóstica na perspectiva gestáltica molda-se na concepção do ser humano que privilegia a observação, a descrição da experiência singular do cliente, as relações entre os elementos do campo, bem como o fluxo das experiências, compreendendo um

⁴ *“Gestalten”* = Figuras (PERES R.V. Gestaltismo (in) D’ACRI, G., LIMA, P. e ORGLER, S. Dicionário de Gestalt-terapia- Gestâtes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Summus, 2007, p. 128).

processo ininterrupto e infinito. Concebe-se então o conceito de diagnóstico diferente do modelo clássico tradicional, compreendendo-o como consciência diagnóstica ou como descrição da singularidade do cliente no momento presente. Procuram-se particularidades da configuração total deste campo, por meio da presença de elementos ou das relações cristalizadas e disfuncionais, funções e contatos distorcidos ou bloqueados, e ausência de recursos possíveis para transformação do campo. Olha-se para a existência total da pessoa e não apenas para os sintomas que ela apresenta (PERLS, 1977).

Dessa forma, assinala-se a postura fenomenológica do psicoterapeuta que acompanhará a criança sem direcioná-la ou sugestioná-la, atuando apenas como facilitador da ampliação da “*awareness*” de sua experiência. É tarefa da psicoterapia resgatar sentimentos não aceitos de modo a reintegrá-los a seu ser total, ajudando o cliente a utilizá-los de acordo com suas necessidades em cada um dos contextos vivenciados. O relacionamento terapêutico que permite a aceitação e a permissividade produz liberdade para que a criança possa expressar por completo seus sentimentos, de modo que os limites incidam sempre sobre o comportamento e nunca sobre os sentimentos da criança envolvida em determinadas situações, pois estes precisam ser experimentados, aceitos e canalizados em modos adequados e construtivos que geram novos significados. “*As experiências vividas pela criança no espaço terapêutico servem para ajudá-la a construir recursos para lidar com uma vida mais ampla*” (AGUIAR, 2014, p. 210).

A psicoterapia da Gestalt-terapia trabalha para completar, focalizar ou desfocalizar, mudar o contexto, entrar em campo, em contato e transformar a percepção interpessoal e transpessoal, pois quando se focaliza, ela se torna a figura clara em relação a seu fundo, e mobilizando este fundo, permite-se que a figura mude. Substitui-se então um antigo ponto de referência cristalizado, por uma nova compreensão e um sentido atualizado da vivência. Em psicoterapia não se pode mudar os fatos da vida, porém o ponto de partida da psicoterapia permite a possibilidade de olhar a própria vida a partir de outro ângulo para que se possa recomeçar (JULIANO, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação realizada com a análise do abuso sexual infantil como fenômeno através do olhar da Gestalt-terapia alerta para a concepção da criança como um todo em psicoterapia, cuja identidade se constitui nas inter-relações com seu mundo, de modo que o “abusado” é apenas uma parte de um todo disfuncional atrelado a uma família negligente e abusiva, esta que se insere em um todo maior (a sociedade), evidenciando a interconexão dos diversos elementos no qual é coparticipante, figura-sintoma, intérprete e figurante em uma rede de relações doente. Destaca-se, assim, a necessidade de garantir à criança e sua família o direito de proteção e de cuidado, não deixando de reconhecer e de honrar, porém, o seu protagonismo no fenômeno.

A proposta inicial da Gestalt-terapia como modelo integrativo e interativo considera o homem uma totalidade unificada, autorregulada, que faz do contato instrumento por meio dos quais as realidades se superam (dicotomias e dualismos dos conflitos),

promovendo o ajustamento criativo. O posicionamento existencialista e a relação dialógica exigem do terapeuta habilidade, sensibilidade e empatia na assistência a seu cliente, até que este tenha condições de criar e experimentar maneiras novas de perceber e dialogar com o mundo, alargando suas fronteiras pessoais a partir do suporte que possibilitará o trabalho terapêutico.

Torna-se crucial para o manejo da demanda a compreensão do fenômeno em sua dinâmica; a compreensão do processo de integração como ferramenta essencial na construção de novas configurações e a compreensão do conflito do qual emerge a ambivalência afetiva sobre a função paterna. Tais premissas legitimam-se na concepção holística do ser humano, no qual nenhum sentimento ou característica é por si só ruim ou bom, ao contrário assim será, na medida em que apontar maior ou menor funcionalidade, trazendo benefícios ou malefícios.

Portanto, em terapia, mediante o manejo clínico de experiências de abuso sexual, busca-se traduzir a experiência vivida, acatando o fenômeno como se apresenta, tal qual ele é, ausentando-se de juízo de valor do que deveria ser (tanto para o cliente, quanto para o terapeuta). Busca-se assim a integração das polaridades, intentando-se apreender o mesmo fenômeno por meio de outros ângulos, flexibilizando respostas e vitalizando o fluxo perceptual por meio de outro ponto de partida que possibilitará olhar a própria vida com nova e diferente perspectiva, propiciando reconstruir outra história. Transformar a indicação da terapia (pelos diversos órgãos direcionados) em demanda, torna-se então um dos desafios do enredo “abuso sexual infantil”. Propiciar ao cliente a possibilidade de delinear suas necessidades ao formular suas próprias perguntas e administrar melhor suas respostas, por meio da “*awareness*” dos sentimentos, pensamentos e comportamentos, torna-se tarefa primordial da terapia, pela qual é possível transformar os confrontos em encontros, ressignificando a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livro Pleno, 2014.

ALMEIDA, J. M. T. **Reflexões Sobre a Prática Clínica em Gestalt-terapia: Possibilidades de Acesso à Experiência do Cliente**. Revista da Abordagem Gestáltica – XVI (2): 217-221, jul-dez, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2020.

AMAZARRAY, M. R. e KOLLER, S. H. **Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. Revista Psicol. Reflex. Crit. [online]. vol.11, n.3, pp. 559-578, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000300014>.

ANDRADE, C. C. **A Vivência do Cliente no Processo Psicoterapêutico: Um Estudo Fenomenológico na Gestalt-terapia**. Dissertação de Mestre em Psicologia

GOMES, Joziane da Luz; MALLMANN, Loivo José – “O Fenômeno do abuso sexual infantil e a ambivalência afetiva sob o olhar da Gestalt-terapia”

apresentado à Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100014> Acesso em: 10 mai. 2019.

ANTONY, S. M. R. **A criança com transtorno de ansiedade: seus ajustamentos criativos defensivos.** Revista da Abordagem Gestáltica, XV (1): 55-61, jan./jun., 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000100009>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BASTOS, M. C. **Emoção e Cognição: Questões a partir de duas perspectivas.** Dissertação de mestre em Psicologia apresentado à Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9080/000078794.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2020.

COSTA, H. **Necessidades, Hierarquia das Necessidades e Emergência das Necessidades;** IN: D'ACRI, G., LIMA, P. e ORGLER, S. *DICIONÁRIO DE GESTALT-TERAPIA - GESTALTÊS.* 2. ed. Rio de Janeiro: Summus, 2007. p. 169-172.

DOBKE, V. **Abuso Sexual: A Inquirição das Crianças Uma Abordagem Interdisciplinar.** Porto Alegre: Ricardo Lens, 2001.

FRAZÃO, L. M. e FUKUMITSU, K. O. **Gestalt-terapia: Conceitos Fundamentais.** São Paulo: Summus, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINGER, S. e GINGER, A. **Gestalt uma Terapia do Contato.** 5. ed. São Paulo: Summus, 1995.

HABIGZANG, L. F.; CORTE F. D.; HATZENBERGER, R.; STROEHER, F. e KOLLER, S. H. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência.** Revista Psicologia e Reflexão Crítica vol.21 no. 2, p 338-344, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n2/a21v21n2.pdf>>. Acesso em: 18 de jul. 2020.

HOLANDA, A. F. **Fenomenologia e humanismo: reflexões necessárias.** Curitiba: Juruá, 2014.

HOLANDA, A. F. e FARIA, N. J. **Gestalt-terapia e Contemporaneidade: Contribuições para uma Construção Epistemológica da Teoria e da Prática Gestáltica.** Campinas: Livro Pleno, 2005.

INOUE, S. R. V. **Violência Sexual Contra a Criança: Significações e Estratégias de Enfrentamento Adotadas Pelas Mães.** Dissertação de mestrado em Psicologia apresentado à Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2007. Disponível

em: <https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/silvia_viodres.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

JULIANO, J. C. **A Arte de Restaurar Histórias, o Diálogo Criativo no caminho Pessoal**. São Paulo: Summus, 1999.

MACIEL, S. K. **Repercussões Psicológicas em Crianças Vítimas de Violência Familiar**. Tese de mestrado em Psicologia apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/103363>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MIGUEL, F.K. **Psicologia das Emoções: Uma Proposta Integrativa Para Compreender a Expressão Emocional**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 20, n. 1, p. 153-162, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n1/1413-8271-pusf-20-01-00153.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

OAKLANDER, V. **Descobrimo crianças**. 17. ed. São Paulo: Summus, 1980.

PENNA, A. G. **Cognitivismo, consciência e comportamento político**. São Paulo: Vértice, 1986.

PENNA, A. G. **Teorias da Emoção: Introdução à Motivação e Emoção**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

PERES, R. V. **Gestaltismo**. IN: D'ACRI, G., LIMA, P. e ORGLER, S. **DICIONÁRIO DE GESTALT-TERAPIA - GESTALTÊS**. 2. ed. Rio de Janeiro: Summus, 2007, p. 128.

PERLS, F. S. **Gestalt-terapia explicada**. 10. ed. São Paulo: Summus, 1977.

PERLS, F. S. **Ego, Fome e Agressão**. São Paulo: Summus, 2002.

PIMENTEL, A. e ARAUJO, L. S. **Violência Sexual Intrafamiliar**. Revista Paraense de Medicina V.20 (3) julho-setembro 2006, p.39-41, Pará, 2006. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpm/v20n3/v20n3a08.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PIRES FILHO, M. F. P. **Violência Intrafamiliar: A Compreensão de Psicólogos que Atendem em Instituições Crianças do Sexo Masculino, Vítimas do Abuso Sexual**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica apresentado à Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/83>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

POLSTER, E. e POLSTER, M. **Gestalt-terapia Integrada**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2001.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia Refazendo Um Caminho**, 6. ed. São Paulo, Summus, 1985.

GOMES, Joziane da Luz; MALLMANN, Loivo José – “O Fenômeno do abuso sexual infantil e a ambivalência afetiva sob o olhar da Gestalt-terapia”

RIBEIRO, J. P. **Vade-Mécum de Gestalt-terapia: Conceitos Básicos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, T. R. e GONTIJO, C. S. **Família e o Desenvolvimento Infantil sob a Ótica da Gestalt-Terapia**. Revista IGT na Rede, v.13, nº 24, 2016. p. 15-36. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v13n24/v13n24a03.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

SOUTO, M. C. P. **Polaridades, Opostos, Forças Opostas**. IN: D'ACRI, G., LIMA, P. e ORGLER, S. *DICIONÁRIO DE GESTALT-TERAPIA - GESTALTÊS*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.

YONTEF, G. M. **Processo, Diálogo e “awareness”**: Ensaio em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1998.

ZINKER, J. **Processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

NOTAS:

Joziane da Luz Gomes – Psicóloga formada pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil e Gestalt-terapeuta pelo ICGT. Técnica em saúde pública pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Loivo José Mallmann - Psicólogo e Filósofo. Mestre em Teologia Moral. Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Autônomo do Brasil.

Endereço para correspondência:

Joziane da Luz Gomes
E-mail: joozigomes@hotmail.com

Loivo José Mallmann
E-mail: loivojose@hotmail.com

Recebido em: 10/02/2021
Aprovado em: 16/12/2021